

## Recomendação nº24:

### Alterações ao documento “Azores Ecoregion – Ecosystem Overview” produzido pelo ICES

Atendendo à publicação de 9 de dezembro do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES): “Azores Ecoregion – Ecosystem Overview”, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) vem por este meio solicitar que a Comissão Europeia, tenha em consideração a seguinte informação:

- Na página 2,

✚ Deveriam constar como conselheiros do ICES: o CCRUP e o Governo Regional dos Açores, propondo a seguinte redação: *“As pescas nos Açores são geridas no âmbito da Política Comum das Pescas (PCP) da UE, com algumas pescarias geridas pela Comissão de Pescas do Atlântico Nordeste (NEAFC), a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) e o governo regional. O aconselhamento em matéria de pesca é prestado pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), o Comité Científico Técnico e Económico das Pescas (CCTEP) da Comissão Europeia, o Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), o Conselho Consultivo das Águas do Sudoeste (SWWAC) e o Conselho Consultivo de Longa Distância (LDAC). Para peixes pelágicos de grande porte (atum e espécies semelhantes ao atum), a ICCAT fornece conselhos sobre a pesca. A política ambiental é gerida por agências nacionais, governo regional dos Açores e OSPAR, com aconselhamento prestado por agências nacionais, OSPAR, Agência Europeia do Ambiente (EEA) e CIEM. O transporte marítimo internacional é administrado pela Organização Marítima Internacional (IMO) e a caça à baleia pela Comissão Baleeira Internacional (IWC).”*

✚ Pode ler-se: *“as pressões mais importantes na ecorregião dos Açores são a extração seletiva de espécies, o lixo marinho e a introdução de espécies não indígenas.”* no entanto não consideramos que a expressão “a extração seletiva de espécies” seja a mais adequada para referir a “captura de espécies” pelo sector das pescas nos Açores, pois exatamente por se tratar de uma extração seletiva e que tenta não exercer pressão sobre os recursos, propomos que se considere apenas o termo: “captura de espécies”.

✚ Ainda nesta página podemos ler que o ICES considera a “*abrasão, alisamento e perda de substrato.*” uma pressão nos Açores. No entanto considerando que a pesca por arrasto está proibida nos Açores, pensamos que apenas a ancoragem das embarcações poderá exercer algum dano pontual no substrato.

- Na página 3,

✚ Onde se lê: “*A pesca é proibida abaixo de 800 m na ecorregião.*” Relativamente a esta afirmação, devemos informar que desconhecemos qualquer regulamento que proíba pesca nesta profundidade.

✚ Onde se lê: “*Outras pescarias também ocorrem sazonalmente em algumas áreas costeiras, como a colheita manual de invertebrados do litoral e a pesca com armadilhas de crustáceos bentónicos.*” Relativamente a esta afirmação devemos acrescentar que a pesca com armadilhas é dirigida aos crustáceos, polvos e salmonetes.

✚ Onde se lê: “*A pesca recreativa é uma atividade relativamente importante devido ao aumento de turismo.*”, devemos referir que discordamos que o turismo seja a causa do aumento da pesca recreativa, mas sim o aumento da pesca ilegal através de licenças de pesca recreativa. O turismo indiretamente exige uma maior quantidade de pescado, que é providenciado pela pesca ilegal.

✚ Onde se lê: “*Destes, apenas os atuns têm uma avaliação analítica, sendo as outras espécies pescadas geridas sob a abordagem de precaução.*” Continuamos a defender que não faz sentido que a pesca de demersais e bentónicos, nos Açores, seja gerida de forma precaucionaria e não analítica, pois as TAC’s aplicadas têm um enorme impacto na socio economia da região e as TAC’s deveriam ter uma base de análise mais precisa.

- Na página 5,

✚ Onde se lê: “*Os moluscos (*Patella spp.* e *Megabalanus azoricus*) foram fortemente explorados comercialmente na ecorregião dos Açores e encontram-se agora na lista OSPAR de espécies ameaçadas e em declínio.*” Notamos que de acordo com a referência bibliográfica do documento em análise, em 2008<sup>1</sup> as espécies de moluscos como *Patella spp.* e *Megabalanus azoricus* foram adicionados à lista OSPAR de espécies ameaçadas e em

---

<sup>1</sup> OSPAR Commission, 2008: Case Reports for the OSPAR List of Threatened and/or Declining Species and Habitats; [https://qsr2010.ospar.org/media/assessments/p00358\\_case\\_reports\\_species\\_and\\_habitats\\_2008.pdf](https://qsr2010.ospar.org/media/assessments/p00358_case_reports_species_and_habitats_2008.pdf)

declínio e consideradas fortemente exploradas na ecorregião dos Açores. Em relação a este ponto gostaríamos que nos informassem sobre actualidade desta afirmação, pois desconhecemos estudos recentes sobre a situação das populações dessas espécies. Ou seja, essas informações podem estar desatualizadas para fins científicos e de gestão de *stock*, pelo que sugerimos uma revisão/atualização da mesma.

- Na página 9,

✚ Onde se lê: “A *craca açoriana (Megabalanus azoricus)*, *ouriço-do-mar negro (Arbacia lixula)*, *ouriço-do-mar rochoso (Paracentrotus lividus)*, *lagosta barbudo (Hermodice carunculata)*, *lapa açoriana (Patella aspera)*, *lapa (Patella candei)*, *lagosta (Scyllarides)*, e a *lagosta (Palinuros Elephas)* são as espécies mais abundantes na zona entre-marés, bem como nos primeiros metros da zona entre-marés. A *craca*, as *lapas* e as *lagostas* foram fortemente exploradas na ecorregião; desde 2006, duas espécies estão na lista OSPAR de espécies ameaçadas.” Podem notar-se contradições pois inicialmente descrevem que as *cracas*, as *lapas* e as *lagostas* são as espécies mais abundantes e de seguida indicam que estão na lista OSPAR como espécies ameaçadas e em declínio. Para além disso, desconhecemos estudos recentes sobre o estado das populações destas espécies.

- Na página 10,

✚ Onde se lê: “*Deep mid-slope at 800–1200 m: characterized by common mora (Mora moro)*, *leafscale gulper shark (Centrophorus squamosus)*, *birdbeak dogfish (Deania calcea)*, and *gulper shark (Centrophorus granulosus)*.” Ou seja, de acordo com esta afirmação, o peixe *Melga (Mora moro)* habita profundidades entre os 800m e os 1200m. Sendo este peixe capturado abaixo dos 800m nos Açores, a afirmação “*A pesca é proibida abaixo de 800 m na ecorregião*” é contraditória.

✚ Podemos ler: “*O estado dos stocks pesqueiros na ecorregião é geralmente desconhecido, devido à falta de avaliações analíticas.*” o que lamentamos, pois, a falta de dados científicos recentes sobre o estado dos *stocks* das espécies, vêm ratificar a urgente necessidade de os obter, pois são de elevada importância na gestão das quotas e na socio economia do setor.

✚ Onde se lê: “*Os stocks de biomassa reprodutora de atum rabilho e espadarte aumentaram nos últimos anos e nenhum dos dois é considerado em sobrepesca.*” Devemos

referir que nos parece contraditório o facto do atum rabilo (*Thunnus thynnus*) estar descrito na lista OSPAR (página 11), como espécie ameaçada e em declínio, mas afirmarem por outro lado que ocorreu um aumento dos *stocks* desta espécie.

✚ Onde se lê: “Dentre as espécies de tubarões pelágicos que ocorrem na ecorregião, três são consideradas mais significativas e vulneráveis à pesca: o tubarão-azul (*Prionace glauca*), o tubarão mako (*Isurus oxyrinchus*) e o tubarão-sardo (*Lamna nasus*).” Devemos informar que atualmente está proibida a captura dirigida e acessória ao tubarão mako, bem como a captura dirigida ao tubarão azul.

- Na página 11,

✚ Podemos observar na “*Tabela 1 - Espécies e habitats ameaçados e em declínio listados na OSPAR que ocorrem na ecorregião dos Açores.*” nomeadamente em relação aos invertebrados, que consideram que as cracas e a lapa brava (*Patella ulyssiponensis aspera*) estão ameaçadas e em declínio. No entanto, na página 9 mencionam que, as cracas e as duas espécies de lapas (*Patella spp.*), existem em abundância na zona intertidal e nos primeiros metros da zona subtidal. Mais uma vez notamos uma contradição na informação.

✚ Podemos também ler na “*Tabela 2 - Habitats ameaçados e em declínio na ecorregião dos Açores de acordo com a OSPAR.*” que os habitats de jardins de corais e de agregações de esponja do fundo do mar estão ameaçados e em declínio. Contudo, na página 9, referem que os habitats de coral e de agregações de esponja são comuns na região e cobrem extensas áreas. Mais uma vez esta informação aparenta ser contraditória.

Recomendamos que sejam atualizadas as Tabelas 1 e 2, desta página, tendo em conta os mais recentes estudos científicos.

**Assim, o CCRUP recomenda-se que a Comissão Europeia coopere com o ICES na atualização deste relatório.**